

Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945)

Mariana de Castro Schwab*

Resumo: Paulo Augusto de Figueiredo foi um intelectual que colaborava com a revista Cultura Política e com a Revista Oeste, de Goiás. Figueiredo, professor universitário, funcionário do Estado de Goiás e político, não foi uma figura intelectual tão conhecida, pois seu nome não aparece entre os autores de maior vulto nos anos 30 e 40, porém seus artigos traduzem a política estabelecida por Getúlio Vargas para o país. Além disso, Figueiredo representava a expressão da autoridade do Estado Novo no centro do país através da Revista Oeste. O autor, em sua obra, demarca três pontos capitais da doutrina do Estado Novo: o nacionalismo, a Marcha para o Oeste e a política social. Estes pontos serão abordados neste trabalho através dos artigos de Figueiredo publicados durante o Estado Novo, de modo que se possa fazer uma análise de sua obra de acordo com as doutrinas oficiais do governo de 1937 a 1945.

Palavras-chaves: Estado Novo, intelectuais, Paulo Figueiredo

Abstract: Paulo Augusto de Figueiredo was an intellectual, professor, government employee of Goiás state and politician that used to write to Goiás' magazines Cultura Política and Revista Oeste. Although Figueiredo's articles reveal the political system fixed by Getúlio Vargas to the country, he wasn't a famous intellectual character, since he normally isn't mentioned when referring to the most influent authors in the decades of 1930 and 1940. By collaborating to Revista Oeste magazine, Figueiredo additionally represented the New State authority expression in the central part of Brazil. In his work, he points three substantial matters of the New State doctrine: nationalism, development of Brazilian western – "Marcha para o Oeste" –, and social policy. These subjects are treated in this paper, based on Figueiredo's articles published during the period of New State, with the intent of connecting his work to the oficial government doctrine from 1937 to 1945.

Key-words: New State, Paulo Figueiredo, intellectuals

Um governo autoritário se manifesta na organização da sociedade em busca de um consenso, ativo ou passivo, dos atores sociais, alargando as bases sociais do poder e restringindo a área de tomada de decisão (Rolland, 2006:99). Para alcançar este objetivo, o governo autoritário procura controlar os meios culturais, assim como os intelectuais que exercem o domínio sobre a cultura.

No Brasil temos um exemplo de Estado autoritário a partir de 1937 com a instauração do Estado Novo. Os articulistas e intelectuais do Estado Novo defendiam a democracia

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Uruaçu.

autoritária como uma nova forma de Estado, humano e protetor, como a solução final para os problemas brasileiros. Esta era a melhor fórmula que se ajustava às condições “objetivas” do território nacional e às condições “subjetivas” do homem brasileiro.

O Estado Novo foi instaurado em 10 de novembro de 1937 com um golpe de estado dado pelo presidente Getúlio Vargas e com a elaboração de uma nova Constituição por Francisco Campos¹. Getúlio Vargas assumiu a presidência do país na Revolução de 1930, se consolidando no poder durante o governo provisório e eleito indiretamente em 1934 para o cargo que já ocupava, até consumir o golpe em 1937. Para que fosse possível a instauração do Estado Novo, foi preciso eliminar as resistências existentes nos meios civis e militares, e formar um núcleo coeso em torno da idéia da continuidade de Vargas no poder. Esse processo se desenvolveu, principalmente, ao longo dos anos de 1936 e 1937, impulsionados pelo combate ao comunismo e pela neutralização de forças contrárias ao seu governo.

O Estado Novo foi um período na história do Brasil em que as estruturas políticas, econômicas e sociais foram transformadas se instaurando uma nova ordem no país. Caracterizado como um governo autoritário, o Estado Novo e sua Constituição são exemplos do que ocorria no contexto mundial. Na década de 1930, o Brasil estava atento aos rumos que estavam sendo trilhados pelos países europeus, como Portugal, Itália e Alemanha². Porém, é necessário frisar as especificidades do governo brasileiro, não reduzindo o regime estadonovista às características fascistas.

Montada a estrutura do Estado Novo, com a centralização do poder político nas mãos de um Estado autoritário e intervencionista, destinado aos interesses apresentados como nacionais, surgiu a necessidade de legitimação desta nova estrutura. Para isto, foi necessário definir a ideologia dominante do Estado Novo, que de acordo com Nelson Jahr Garcia, “configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses das classes média e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força” (GARCIA, 1982:59).

1 Francisco Campos foi nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe, sendo encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país, marcada por características corporativistas e pela proeminência do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. Consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil, aprofundando suas convicções antiliberais e passando a defender explicitamente a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, que então se configurava no país (FGV - CPDOC).

2 Estes países, entre outros europeus, viviam sob regimes totalitários na década de 1930. Em Portugal, o golpe militar em 1926, estabeleceu uma longa ditadura comandada por Antônio de Oliveira Salazar, de 1932 a 1974. A Itália inaugurou seu regime fascista em 1922 quando Mussolini chegou ao poder. Em 1933 Hitler foi nomeado chanceler na Alemanha adotando uma série de medidas destinadas a consolidar a superioridade do Partido Nazista e instaurar um Estado totalitário e policial.

As investidas ideológicas eram feitas, principalmente, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Criado por Getúlio Vargas em 27 de dezembro de 1939, o DIP era responsável por centralizar e coordenar a propaganda nacional, controlar as informações contrárias ao governo, criar saldos positivos da ditadura e estabelecer uma imagem paterna de Getúlio Vargas. Além disso, fazia a censura do teatro, do cinema, das atividades recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa.

Essas idéias e princípios, através de interação, se fundem e se tornam comuns, em um processo de síntese que permite a integração de múltiplas formas de pensamento num todo relativamente coerente e complexo, sistematizado no aparato ideológico. Induzida do concreto, a ideologia reflete sobre a realidade, determinando sua reprodução ou mudança que geram novas idéias, num processo perene de reformulações sucessivas (GARCIA, 1982:12-13). Os elementos da ideologia, desta forma, são elaborados de modo a se adequarem aos receptores. As idéias são simplificadas, compactadas e combinadas de maneira que atraiam a atenção, sejam compreendidas e suscitem emoções.

O Estado Novo procurou produzir, ou até mesmo se apropriar, de um conjunto de idéias e princípios pelos quais poderia se auto-interpretar e justificar seu papel na sociedade e na história brasileira. Desta maneira, é possível interpretar a ideologia estadonovista como um processo de produção de significados, signos e valores na vida social, com a intenção de legitimar uma forma de poder político dominante (EAGLETON, 1997:15). Isto significa que não possuía uma doutrina oficial homogênea, mas que, apesar de certo ecletismo, é possível encontrar um conjunto de idéias central capaz de caracterizar seu projeto político-ideológico.

A difusão de uma ideologia necessita de um aparato discursivo que corrobore cientificamente os interesses de um determinado grupo, e foi o que aconteceu durante o Estado Novo, dentre vários artifícios, por meio de uma intensa produção intelectual que visou dar sustentação à doutrina formulada.

Estado Novo se encontra inserido em um contexto internacional da crise do liberalismo como forma de ordem política. Os movimentos de caráter nacionalista, apelando para traços da história cultural de cada povo, ganhavam força. A intelectualidade brasileira já vinha, desde os anos 1920, se ocupando em diagnosticar as causas dos males brasileiros. Entretanto, esta preocupação dos intelectuais com os problemas nacionais guardava relações com o contexto internacional da época. Desta forma, pensavam e propunham alternativas reinterpretando soluções diante do que consideravam ser a realidade nacional. A valorização dos traços específicos de cada povo, da história nacional, correspondia a uma tendência geral, presente no pensamento europeu, envolvido em fortes componentes nacionalistas.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1982:112), a proposta de fundação de um novo Estado, “verdadeiramente nacional e humano”, está nas principais linhas dos discursos políticos após o golpe em 1937. Esta proposta representa para seus defensores, o início de uma nova era na história do país. A constituição de uma ordem política que esteja de acordo com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro significaria um autêntico redescobrimto do Brasil.

Após a Revolução de 1930, a política brasileira oferecia aos intelectuais elementos para reflexão e dava-lhes a chance de participar diretamente do processo político, apresentando propostas capazes de se traduzirem em ação governamental. Com o Estado Novo, os intelectuais tiveram apoio moral e material para o seu trabalho, devido à coincidência de interesses implementada pelo Estado e os anseios dos intelectuais, baseada no reconhecimento dos bons propósitos do governo e na própria identidade de interesses (VELLOSO, 1982:93).

Segundo Mônica Pimenta Velloso (1982:93), “os intelectuais passaram a desempenhar papel vital na “nova ordem” [...] enquanto porta-vozes dos verdadeiros anseios da sociedade, corporificam e dão forma ao ‘subconsciente coletivo’”. O Estado Novo procurou demonstrar que proporcionou ao intelectual a chance de se integrar, estabelecendo a união entre a inteligência e o Estado.

Um dos espaços onde a intelectualidade melhor soube expressar o seu apoio ao novo regime foi a revista *Cultura Política*. A revista *Cultura Política* tinha como interlocutores alguns intelectuais de grande projeção na época, como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre. O público alvo eram as elites intelectuais, que estavam mais voltadas para as análises políticas, econômicas e sociais do Estado brasileiro expostas na revista. Sua proposta central era constituir-se em um centro de estudos brasileiros voltado para a definição e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais pelas quais o país passava. O cunho oficial que a revista possuía, por ser editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, oferecia aos intelectuais a oportunidade de participar da legitimação do regime e de sua formulação doutrinária.

Os artigos publicados na revista *Cultura Política*, empregavam estratégia de “convencimento” com base na argumentação “científica”, através da construção de diagnósticos e apresentação de recursos para a realidade nacional. A política é apreciada como ciência que exige especialização, talento e vocação. Tanto é que defendia o bacharelismo, nomeando o bacharel como “agente de cultura” mais apto a compreender a problemática

nacional. Via o intelectual como prenunciador das grandes mudanças históricas, elemento de união entre governo e povo.

Para dar voz ao sentido do Estado Novo, usaremos alguns artigos de Paulo Augusto de Figueiredo, um intelectual que colaborava com a revista Cultura Política e com a Revista Oeste³, de Goiás. Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 1913, fez faculdade de Direito e se mudou para Goiânia em 1938 onde iniciou sua vida pública, tornando-se em seguida auxiliar direto e de confiança de Pedro Ludovico Teixeira.. Apesar de ter sido professor universitário, promotor público, procurador fiscal do Estado, presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiás, consultor jurídico do Senado Federal e vice-diretor legislativo do Senado Federal, não foi uma figura intelectual tão conhecida nacionalmente, pois seu nome não aparece entre os autores mais conhecidos nos anos 30 e 40, período que iniciou suas atividades como escritor.

Para Figueiredo (1984:09), o Estado Novo foi uma período em que houve

“uma compreensão nova e mais realista das coisas de nossa Terra e iniciou-se um processo de afirmação nacional, em termos concretos – mas, principalmente em termos ideológicos – que valeu como um caminho que todos os brasileiros, desde então, procuram palmilhar, em busca de nossa libertação e de nossa soberania” .

Este pequeno trecho escrito pelo autor na apresentação de uma coletânea de seus artigos, publicada em 1984 pelo Senado Federal, demonstra através das expressões “afirmação nacional”, “nossa libertação” e “nossa soberania” a intenção da afirmação de uma identidade nacional, procurando construir a *nação* que para o autor não existia antes de 1937.

Para a construção da nação era preciso romper com a chamada República Velha (1889 a 1930), caracterizada como liberal, desagregadora, superficial, apolítica, e desajustada da realidade nacional. Figueiredo afirmava que “o regime liberal, nunca é demais frisar, estava em desacordo com a realidade brasileira. Não exprimia as nossas necessidades. Não correspondia aos nossos anelos. Não se ajustava ao nosso caráter. Por isso, deformou-se; e deformou-nos” (1984:94).

Segundo Figueiredo, o Estado Novo viria para transformar o velho regime, tornando-se uma união dos interesses dos indivíduos e aglutinador das forças políticas nacionais. O primeiro objetivo do novo governo era “dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente” (1984:84). O autor ainda

3 A Revista Oeste circulou de julho de 1942 a dezembro de 1944, representando a ideologia estadonovista em Goiás, e fazendo a propaganda do interventor Pedro Ludovico Teixeira.

criticava os liberais por sempre estarem transplantando idéias estrangeiras para o Brasil, tornando o governo cada vez mais distante da realidade nacional. O ideal era um regime que fosse genuinamente brasileiro, de acordo com o que havia no país. Para o autor (1984:54), na Primeira República,

“via-se o Brasil em confronto com a Europa. E, embora povo jovem, pensávamos decrepitamente, pela cabeça do velho mundo. Aí, sobretudo estava a razão do mal – aí, no desconhecimento da nossa realidade, na incompreensão das nossas forças, no olvido da nossa gente. Entre nós, só valia o europeísmo”.

Porém, “o Estado Novo focalizou e compreendeu a nossa realidade integral, cósmica e humana, nacional e universal, contingente e eterna. Por isso já estamos descobrindo o que somos, o que queremos, até onde podemos chegar” (1984:50). Nestes dois segmentos é possível notar a contraposição existente entre a Primeira República e o Estado Novo, tão acentuada não somente nos artigos de Paulo Figueiredo, mas também nos discursos políticos dos intelectuais atuantes no período estadonovista, como forma de legitimar o novo regime.

Tudo havia mudado, porém não com a Revolução de 1930, mas em 1937 apenas, com a consolidação de um Estado forte e autoritário, como o Brasil necessitava. Tanto é, que Paulo de Figueiredo critica a Constituição de 1934, afirmando que “as nossas instituições políticas, mesmo após o 1930, continuam liberais” (1984:57).

Os pontos capitais no governo de Getúlio Vargas, para Paulo de Figueiredo, se expressaram na *Marcha para o Oeste*⁴, no nacionalismo e nas políticas sociais. Através destas medidas, o Brasil se voltaria para si próprio, conquistando uma independência econômica e política através do nacionalismo e apaziguando as diferenças sociais através de uma permanente preocupação com os trabalhadores.

Uma das expressões da *Marcha para o Oeste* para Figueiredo era o povoamento do interior do país. O autor insistia que o Brasil devia ser povoado, pois povoar o país seria conquistá-lo, justificando que havia muita riqueza abandonada, não explorada, pois não havia agente humano para encontrá-las, assim como a segurança nacional era afetada. Uma das formas de se resolver esse problema era a redivisão dos quadros estaduais. Este plano sugeria a equivalência de área e de potencial político entre os estados, sendo que estas áreas não poderiam ser nem grandes demais, nem pequenas demais, e que as desigualdades iniciais de povoamento, riqueza e progresso fossem atacadas a fundo pelo Estado Nacional, distribuindo

4 Em 1940, Getúlio Vargas lançou a chamada "Marcha para o Oeste", como uma diretriz de integração territorial para o país. E o fez durante os festejos de inauguração da cidade de Goiânia.

recursos e não privilegiando nenhum estado (1984:182-186). Essas eram as diretrizes básicas da reorganização estadual, que acabaria com as desigualdades entre os estados, opondo-se à Primeira República liberal e desagregadora, e assim ajudando a construir a nação brasileira.

A construção de Goiânia⁵ foi outra forte expressão da *Marcha para o Oeste* na visão de Figueiredo. O movimento da *Marcha para o Oeste* significava um novo bandeirismo, porém planejado, sobre bases racionais, por vias estatais. Para que isso fosse possível, era necessário implantar instituições adequadas para um domínio total do Brasil, pelo Brasil. Neste sentido, Goiânia significava (1984:189)

“a cidade bandeirante por excelência, aquela que está traduzindo o verdadeiro sentido da nossa civilização, (...) um convite à inteligência. E aqueles que isso sabem compreender, estão todos acordes em proclamar Goiânia novo símbolo do Brasil Novo, uma afirmação inequívoca da marcha para o Oeste, um incitamento poderoso à aventura da redivisão política do Brasil”.

Goiânia era um marco do novo bandeirismo, um signo da brasilidade. Era considerada ao mesmo tempo testemunha e símbolo. Símbolo da política de integração do Brasil e da nova era da história do país, e testemunha da vontade realizadora do novo governo. A modernidade estava sendo implantada no interior do Brasil através das mãos de Getúlio Vargas.

O nacionalismo defendido por Paulo Augusto de Figueiredo não se restringia apenas ao âmbito econômico, mas atingia também o social, moral e espiritual. Além disso, a Constituição nacional deveria ter cunho nacionalista para possibilitar a “verdadeira democracia”. Esta “verdadeira democracia” exigia disciplina, hierarquia e autoridade para neutralizar as diferenças entre os homens e orientar as energias no sentido do bem comum (1984:110).

A Constituição de 1937 era a principal expressão do nacionalismo (1984:112)

“pois é a verdadeira condição legal de efetivação do anseio da plenitude do povo. Porque integra todos os nossos valores dentro de uma ordem nacional (...) Traça as normas de direção social e nacional da economia”.

E mais uma vez, a contraposição ao liberalismo serve para definir o Brasil vigente: “a liberal democracia, nitidamente universalista, e manifestamente fragmentária na compreensão da sociedade, não poderia, portanto, ser terreno propício à edificação do Brasil” (1984:115).

5 Pedro Ludovico Teixeira foi o idealizador da cidade de Goiânia. A construção iniciou-se em 24 de outubro de 1933 sendo considerada o marco da modernidade da Era Vargas.

Entre outras características do nacionalismo estadonovista, Figueiredo destaca a queima das bandeiras estaduais, ou seja, o fim da autonomia dos estados tão estimada na Primeira República; a extinção das polícias estaduais; o ensino da língua pátria em todos os estabelecimentos escolares, inclusive os das colônias estrangeiras existentes em diversos estados do Brasil (1984:10). O fim maior do nacionalismo era alcançar uma real independência econômica e política, valorizando as reais características nacionais.

As políticas sociais que marcaram o Estado Novo de acordo com Paulo Augusto de Figueiredo giram em torno da questão do trabalho. O autor cita o salário mínimo, o salário igual para trabalho igual, descanso remunerado, assistência e previdência social, estabilidade no emprego, horário de trabalho, nenhuma distinção entre o trabalho intelectual e o manual, igualdade do homem e da mulher no trabalho, proteção especial para o trabalho feminino e das crianças, legislação específica para o trabalho noturno e nas minas, enfim, proteção ao trabalhador nacional (1984:11).

Esta política social mencionada por Figueiredo é parte de um dos principais pilares da política de Getúlio Vargas, o trabalhismo. O trabalhismo baseava-se numa espécie de pacto social em que o Estado desenvolvia uma política social de produção e implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho, e assim conseguindo a adesão das massas trabalhadoras. Firmava-se um acordo em que se trocavam os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo de condição de cidadania em um regime autoritário como o brasileiro (GOMES, 1994:162).

A idéia de “quem tem ofício, tem benefício” era amplamente difundida. Os benefícios sociais não eram tidos como uma conquista da classe trabalhadora, mas como generosidade do governo, que envolvia reciprocidade. Isso não quer dizer que havia perda da identidade operária, havia, na verdade, um pacto de reciprocidade.

A interpretação dominante procura explicar o sucesso do projeto varguista e o papel do Estado na construção da identidade da classe trabalhadora através do processo natural de constituição de uma identidade operária durante a Primeira República, levada a cabo pelos próprios trabalhadores, que acabou sofrendo uma quebra com a intervenção estatal. Essa ruptura produziu uma identidade “de fora”, atrelando a classe trabalhadora a lideranças exteriores a seus quadros. Como consequência, surgiu uma classe trabalhadora subordinada e incapaz de iniciativa própria, dando chances ao sucesso do trabalhismo.

Os trabalhadores dos anos 30 e 40 podem ter aceitado o projeto político estatal, consentido na implementação de formas autoritárias de poder, e mesmo ter depositado sua

confiança naquilo que os “donos do poder” diziam. Entretanto, a aceitação de determinadas formas de poder não impedia os trabalhadores de identificarem seus problemas de classe, apontar as soluções que convinham a seus interesses e lutarem por elas.

Dentro dos padrões políticos e culturais da época, a população dava novos e diferentes significados aos códigos, normas e valores autoritários e, de acordo com suas experiências, procurava redirecioná-los em seu próprio benefício, ao mesmo tempo em que omitia as regras excludentes e autoritárias. Ao fazer a leitura do discurso hegemônico desta forma, abria brechas no aparelho político autoritário e procurava saídas alternativas num quadro político e social onde essas mesmas alternativas eram bastante escassas (FERREIRA, 1990:193-194).

Se os trabalhadores assumiram o discurso estadonovista, e daí sua eficácia, não se tratava de simples reprodução. Ao contrário de uma simples reprodução do discurso dominante, os trabalhadores repensavam-no, reformulavam-no e filtravam-no, fazendo com que fosse contado e vivido de acordo com seus parâmetros culturais de mundo e suas condições de vida. Desta maneira é importante que se perceba que os trabalhadores não eram simples fantoches nas mãos do governo, mas havia uma negociação entre as duas partes. Porém, não pode-se negar que a nestas negociações entre governo e classe operária, raramente os trabalhadores saíam em vantagem.

De forma sintetizada foi possível verificar as principais diretrizes do Estado Novo teorizadas nos artigos de Paulo Augusto de Figueiredo. O estudo da obra do autor inserida em seu contexto, permitiu demonstrar a importância dos intelectuais e de suas formulações ideológicas para o período, assumindo o papel de interpretar as necessidades da sociedade e de transmiti-las ao governo, com o objetivo de serem os formadores da opinião pública brasileira. Paulo Figueiredo soube exercer o papel do intelectual divulgador no campo político nacional durante o Estado Novo, discutindo questões primordiais para a sociedade e o governo das décadas de 1930 e 1940, e fazendo com que o poder central emanasse no estado de Goiás.

Referências Bibliográficas

- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 1997.
- FERREIRA, Jorge Luiz. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. *In Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.
- FIGUEIREDO, Paulo de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Et alli. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, 2ª ed.
- ROLLAND, Denis, “O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais”. IN: BASTOS, Elide Rugai. et alli. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 95-120.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. “Uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.